



PREFEITURA MUNICIPAL DE
MONTE SANTO DE MINAS

RUA CEL. FRANCISCO PAULINO DA COSTA, 205 | CENTRO | 37968-000 | 35 3591 - 5100
www.montesantodeminas.mg.gov.br administracao@montesantodeminas.mg.gov.br

PROJETO DE LEI Nº 044 | 2025

“DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO NO ÂMBITO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE MONTE SANTO DE MINAS A GRATIFICAÇÃO POR CUMPRIMENTO DE METAS E INDICADORES ESTABELECIDOS NA RESOLUÇÃO SES/MG Nº 8.428/2022 A SER PAGA AO PROFISSIONAL FARMACÊUTICO ATUANTE NO PROGRAMA “FARMÁCIA DE MINAS”, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

O Povo do Município de Monte Santo de Minas, por seus representantes legais, aprova e eu, na qualidade de Prefeito Municipal, em seu nome sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituída a gratificação por cumprimento das metas estabelecidas para os indicadores previstos nos Anexos II e III da Resolução nº 8.428/2022, a ser paga ao Profissional Farmacêutico atuante no “Programa Farmácia de Minas” no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde do município de Monte Santo de Minas.

Parágrafo único. O valor da gratificação instituído no *caput* corresponde a 32 (trinta e dois por cento) do incentivo financeiro repassado ao Município pela Secretaria de Estado da Saúde na forma do art.4, §2 da Resolução SES/MG Nº 8.428/2022 ou outras que vierem a substituí-la.

Art. 2º O pagamento da gratificação prevista nesta lei, **está condicionado ao repasse pela Secretaria de Estado da Saúde de Minas Geras e ao cumprimento das metas estabelecidas para os indicadores previstos nos Anexos II e III da Resolução SES/MG 8.428/2022**, ou outra que vier a substituí-la.

§ 1º. O pagamento da gratificação de que trata esta Lei será aplicado quadrimestralmente após a consolidação e validação dos resultados pela Secretaria de Estado da Saúde de Minas Gerais, observado o mês subsequente à disponibilização oficial dos dados.

§ 2º. A Secretaria Municipal de Saúde deverá repassar a gratificação em até 30 (trinta) dias após a consolidação e validação dos resultados, observados os critérios desta lei.



PREFEITURA MUNICIPAL DE
MONTE SANTO DE MINAS

RUA CEL. FRANCISCO PAULINO DA COSTA, 205 | CENTRO | 37968-000 | 35 3591 - 5100
www.montesantodeminas.mg.gov.br administracao@montesantodeminas.mg.gov.br

Art. 3º Não farão jus a gratificação o profissional que, no quadrimestre de referência:

- I-** Estiverem em licença ou afastamento superior a 30 (trinta) dias, exceto nos casos de licença-maternidade;
- II-** Obtiverem licença para tratar de interesses particulares;
- III-** Apresentarem atestados de acompanhante de familiar superior a 10 (dez) dias sucessivos ou intercalados;
- IV-** Apresentarem atestados médicos que totalizem mais de 15 (quinze) dias sucessivos ou intercalados;
- V-** Acumularem mais de 2 (dois) dias ou mais de 16 (dezesesseis) horas de faltas injustificadas;
- VI-** Sofrerem exoneração, afastamento ou rescisão contratual no quadrimestre de referência;
- VII-** Estar respondendo a Processo Administrativo Disciplinar (PAD) no quadrimestre de referência, exceto se, ao final do processo, o servidor for inocentado, caso em que fará jus ao recebimento do valor no ciclo seguinte;
- VIII-** Forem penalizados com advertência;
- IX-** Forem penalizados por suspensão ou demissão em processo disciplinar concluído.
- X-** Não tenha desempenhado suas funções no período mínimo de 04 (quatro) meses da apuração do resultado.

Art. 4º A gratificação de que se trata esta Lei em nenhuma hipótese será incorporado ao salário do profissional beneficiado, nem será considerado como base de cálculo para apuração de outras verbas, seja a que título for.

Art. 5º Fica o Chefe do Executivo autorizado a editar Decreto Municipal para regulamentar esta lei no que couber.

Art. 6º Fica revogada a Lei Municipal nº 1.859/2013 de 28 de fevereiro de 2013.

Art. 7º As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, suplementadas se necessário.

Art. 9º Os efeitos desta Lei, para efeitos de consolidação e contabilização dos dados, serão retroativos a 01 de setembro de 2025.

Monte Santo de Minas/MG, aos 28 de agosto de 2025.

Carlos Eduardo Donnabella
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE
MONTE SANTO DE MINAS

RUA CEL. FRANCISCO PAULINO DA COSTA, 205 | CENTRO | 37968-000 | 35 3591 - 5100
www.montesantodeminas.mg.gov.br administracao@montesantodeminas.mg.gov.br

JUSTIFICATIVA

Monte Santo de Minas/MG, aos 28 de agosto de 2025.

Senhor Presidente,
Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores:

No uso das prerrogativas que são conferidas ao Chefe do Poder Executivo pela Lei Orgânica do Município de Monte Santo de Minas (LOM), dirijo-me a Vossa Excelência para remeter -lhe, para apreciação e aprovação desta Casa Legislativa, o Projeto de Lei que tem por objetivo instituir gratificação por cumprimento de metas vinculadas aos indicadores previstos nos Anexos II e III da Resolução SES/MG nº 8.428/2022, a ser concedida aos profissionais farmacêuticos atuantes no âmbito do “Programa Farmácia de Minas”, no Município de Monte Santo de Minas, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde.

Tal medida se justifica pela necessidade de alinhar as ações municipais às diretrizes estabelecidas pelo Estado de Minas Gerais no tocante à qualificação da Assistência Farmacêutica no Sistema Único de Saúde (SUS), incentivando o cumprimento de metas quantitativas e qualitativas que impactam diretamente na melhoria do acesso, uso racional de medicamentos e qualidade dos serviços prestados à população.

A Resolução nº 8.428/2022, da Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais, estabelece parâmetros e incentivos financeiros para o aprimoramento da gestão e da execução das ações do Programa Farmácia de Minas, sendo a gratificação por desempenho uma das estratégias adotadas para fomentar o comprometimento dos profissionais com os resultados pactuados. Assim, a presente proposta visa não apenas reconhecer o empenho e a qualificação técnica dos farmacêuticos municipais, mas também garantir que o município continue habilitado a receber os repasses estaduais condicionados ao alcance das metas estabelecidas, assegurando recursos importantes para a manutenção e o fortalecimento do programa.

Nesta ordem, e em razão da urgência que a matéria requer, solicitamos ao n. Presidente, usando das atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal que seja adotado o regime de **URGÊNCIA/URGENTÍSSIMA** para apreciação deste projeto, em razão de seu interesse e relevância, esperando sua apreciação e aprovação pelos Nobres Edis.

Atenciosamente,

Carlos Eduardo Donnabella
Prefeito Municipal